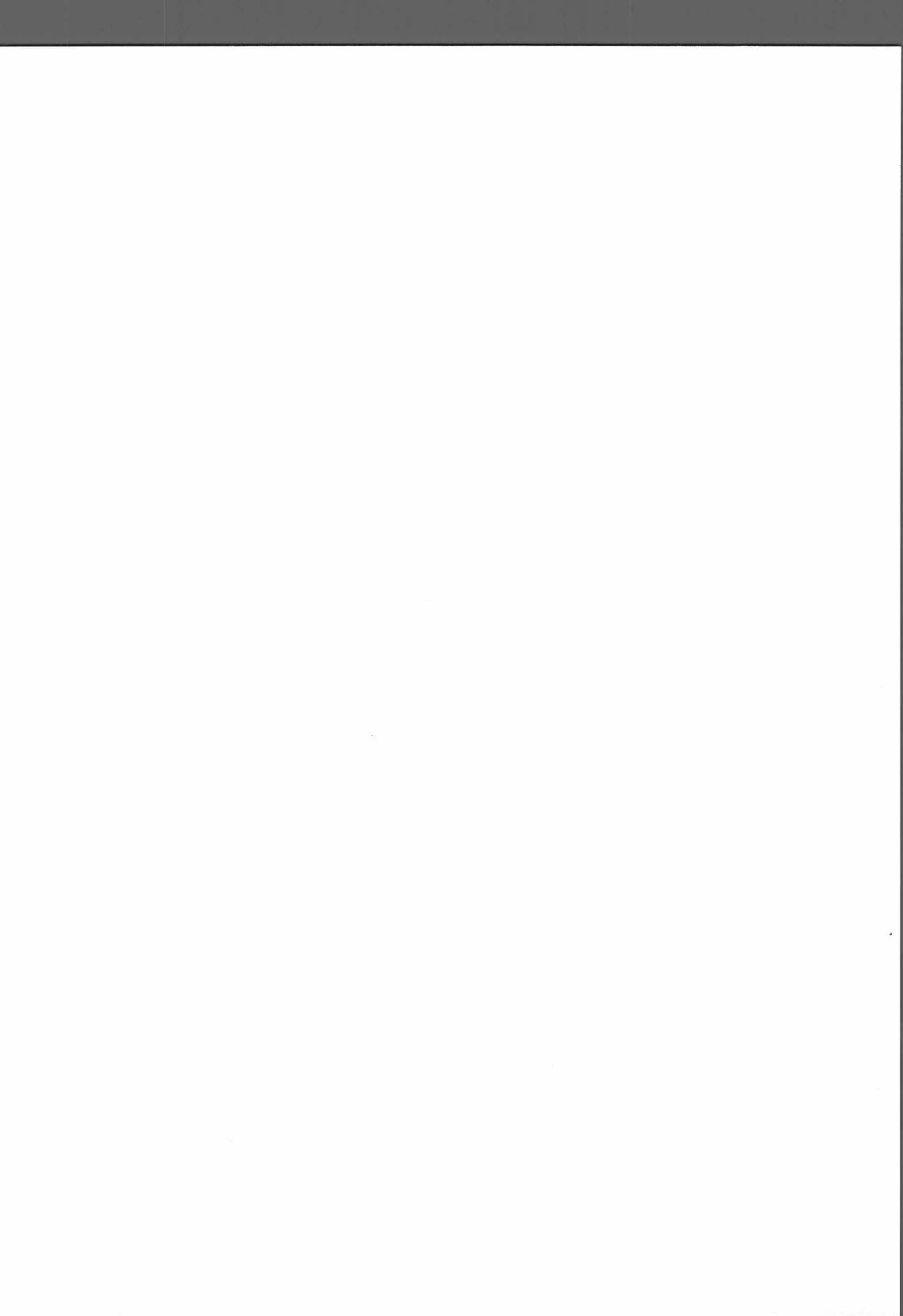


acontecendo é para adequar a sala de emergência e estabilização; e que as AIH já foram transferidas para os municípios de Astorga, Colorado e Sarandi. Que estão em atendimento 3 ambulâncias para o transporte sanitário e que no começo do ano haverá licitação para a compra de mais uma. A conselheira Telma se preocupou pelo fato de uma das ambulâncias eventualmente irem para Curitiba, e pelo fato de que em janeiro começam as cirurgias eletivas, que as ambulâncias terão que se deslocar constantemente para as outras cidades. A Diretora argumentou que tem vans e carros baixos que podem ser utilizados, já que as cirurgias são eletivas. A conselheira questionou sobre o retorno dos pacientes após as cirurgias e a Diretora alegou que o serviço vai se organizar para dar conta demandas. E em não se tendo mais nada a tratar, o presidente encerrou a reunião às dezenove horas e vinte e seis minutos, com a presença de sete conselheiros. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 18 de dezembro de 2019.

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu-PR, realizada no dia vinte e sete de janeiro de 2020, na sede deste Conselho, à Rua Sete de Setembro, 713, Edifício Ravena, sala 5.

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e vinte minutos, teve início a sessão extraordinária com a presença de treze conselheiros de Saúde. O Presidente Elias abriu a reunião agradecendo as condolências recebidas pelo passamento de seu pai, e transferindo a palavra para o vice-presidente Antônio, que estaria mais inteirado da pauta a ser tratada. Antônio informou que a sessão tinha como objetivo complementar os documentos exigidos pela 15ª Regional de Saúde, para a adesão do município para receber o repasse fundo a fundo - Resolução SESA nº 765/2019. Informou que o Departamento tem a responsabilidade de providenciar alguns documentos, e que o Conselho tem que aprovar a realização da obra pretendida, devendo essa

manifestação constar em ata, cuja cópia será enviada à Regional de Saúde. Solicitou que a secretária Telma procedesse à leitura do Ofício nº 12/2020/SCAP, em anexo. O documento trata da Resolução "que dispõe sobre o incentivo Financeiro de investimento para reforma, ampliação e construção de Unidades Básicas de Saúde - UBS, do Programa de Qualificação da Atenção Primária na modalidade Fundo a Fundo"; que o município de Mandaguaiçu solicitou a adesão ao Incentivo Financeiro, mas que faltam alguns documentos para dar continuidade ao processo, entre eles, a "Ata ou Resolução do Conselho Municipal de Saúde, com a aprovação da realização da obra pretendida, no local destinado pelo município, para cada Unidade de Saúde". Que a documentação solicitada consta do art. 3º Resolução SESA nº 765/2019; que os documentos devem ser enviados impreterivelmente até o dia 30 de janeiro de 2020, caso contrário, não será possível dar prosseguimento no processo de habilitação. O vice-presidente orientou à secretária, que deve constar na ata a Rua, Número, Bairro em que se localiza a UBS que receberá a obra; que os demais documentos serão providenciados pelo Departamento; que tem medo de fazer a Resolução, pois a mesma deve ser publicada e caso haja algum problema, pode não haver tempo hábil e poderá haver perda do recurso. Solicitou que se procedesse também à leitura do art. 3º, da Resolução; que trata da necessidade de solicitação formal para a apreciação da SESA, instruída pelos documentos: 1- Ofício solicitando o incentivo, com justificativa da necessidade e destinação do recurso; 2- Declaração de uso exclusivo para o SUS; 3- Cópia autenticada dos documentos pessoais do prefeito e Ata da Posse; 4- Ata ou Resolução do CMS, aprovando a obra; 5- Termo de Adesão, constando o Plano de Trabalho e a Designação de servidor que atuará como fiscal da obra; 5- matrícula do imóvel, onde será realizada a obra. Ainda deverão acompanhar a solicitação formal: o Planejamento da Atenção Primária Municipal com parecer avaliado e aprovado pela Regional de Saúde; e o Estudo de Viabilidade do Pedido, conforme Resolução SESA nº 237/2012. Após análise e aprovação do pleito, a SESA editará a Resolução de Habilitação do Município para



o recebimento do recurso financeiro. O vice-presidente reiterou que a função do conselho hoje é só aprovar a obra pretendida, repetindo que deve constar a rua, o número e o bairro da UBS, no que a conselheira Telma questionou qual seria a obra pretendida. Antônio respondeu que seria a reforma da UBS Central e Telma questionou em que consistia a reforma. A resposta foi que o cronograma seria feito em outra etapa, previsto em um dos anexos da Resolução; que teria que haver uma pessoa responsável. Telma questionou sobre quem seria a pessoa responsável. A resposta foi que isso não seria uma decisão que caberia ao conselho, no que foi contestado, já que a Telma entende que o Conselho precisa saber de quem cobrar, quando da fiscalização da obra. O vice-presidente insistiu que cabe ao Conselho apenas a legalização da destinação do recurso, que depois viriam outras etapas. Telma discordou, afirmando que não se sabe que obra será realizada. A conselheira Edna lembrou que já estariam sendo realizadas obras na UBS Central desde dezembro; questionou o que mais seria feito. Edna salientou que seria evidente que o conselho quer o recurso, que não se estaria negando a aprovação, mas que se necessita de mais informações. Antônio falou que em outro momento virão as planilhas, no que a Telma chama a atenção de já ter solicitado por quatro vezes, as planilhas para a instalação do atendimento vinte e quatro horas e que os documentos ainda não foram disponibilizados pelo Departamento. Telma afirmou que o que tem acontecido constantemente é que a Diretora vem, solicita a aprovação do Conselho, o Conselho aprova, mas na hora de fornecer as informações, estas não vêm. Edna reafirmou que o Conselho só vem aqui para falar amém, no que tem a concordância da conselheira Margarida. Antônio afirmou que o pedido não vem do prefeito nem da secretária, mas da Regional de Saúde. Que se o Conselho não quiser aprovar, que não aprove. Telma insistiu que o que se quer, são mais informações, pois o documento fala em obra pretendida, que o conselho não sabe qual é. Antônio insistiu que é preciso legalizar o recurso, que as informações virão depois. Edna reafirmou que as informações não chegam. Antônio questionou o que se quer saber. Edna responde

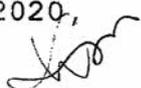
que quer saber em que será utilizado o recurso. Reafirmou que a Diretora passa informação que não se comprova, por exemplo na situação dos aparelhos de pressão, que ela afirmou que havia resolvido o problema, com a compra de equipamentos de mais qualidade, mas que ontem mesmo, em visita da Comissão de Finanças ao atendimento vinte e quatro horas, se comprovou que es equipamentos não estão funcionando, que estão utilizando um aparelho emprestado por uma enfermeira. Antônio questionou se iriam mandar o documento ou não. Telma perguntou se as informações vão vir ou não. Antônio repetiu que alguém seria designado, mas que não saberia quem. Tema rebateu questionando quem seria. Antônio afirmou que o Conselho montará uma equipe para acompanhar e fiscalizar a obra. Dalvair questionou que obra, pois não se saberia nem que obra seria realizada. Telma relatou sobre uma reforma há alguns anos em que mexeram nos banheiros: colocaram azulejos na parede, sem tirar o anterior; não mexeram no piso que já estava encardido; trocaram todas as fechaduras que eram de primeira, por fechaduras de quinta categoria; que hoje as portas são fechadas com trincos. A conselheira Bibi acrescentou que é comum pacientes ficarem presos no banheiro. Telma afirmou que não daria aval para uma reforma que não sabe em que consiste. Relatou que a Comissão de Finanças esteve na UBS Central, no dia anterior, exatamente para conferir as alterações realizadas para o atendimento vinte e quatro horas e tentar identificar no que consistiria a tal reforma pretendida. Exemplificou a necessidade de colocar toldo na entrada da sala de emergência, mas que seja eficiente, não só bonitinho como o da frente que não serve para nada. Tem que proteger quanto ao sol, que invade a sala no período da tarde, e proteger o paciente da chuva ao sair do carro ou ambulância. A questão seria: será feito um toldo ou uma cobertura? Acrescentou que o vice-presidente não sabe, nem nenhum dos conselheiros, porque a Diretora não disponibilizou essa informação. Antônio insistiu que não teria sido para isso a reunião, que o último dia de prazo para entrega do documento seria dia trinta; no que Telma acrescentou que o Departamento teria então esse prazo, para informar qual seria a obra

pretendida. O presidente Elias questionou se o Departamento não tem que prestar conta da utilização do recurso para o conselho e se isso não é feito. O conselheiro Dalvair respondeu que a prestação de contas é feita após a realização da obra, que daí não adiantaria mais, pois se algo não tivesse sido feito ou feito de forma incorreta, não se teria como voltar atrás. Edna observou que não tem barra de segurança na UBS. Elias respondeu que pode ser que na reforma seja colocado. Edna respondeu que seria ótimo, mas que não se sabe se isto está previsto ou não. Telma acrescentou que a Diretora teria que mandar um plano de trabalho para a Regional, portanto, ela já teria um projeto pronto, já teria um fiscal designado. Entretanto, o Conselho não sabe o que vai ser feito e como vai fiscalizar e cobrar. Acrescentou que ninguém é contra a reforma. Edna informou que foi feito portão novo na UBS, muito bonito, mas que não tem utilidade, porque ele tem que ficar aberto o tempo todo para a entrada de urgência/emergência; um dinheiro jogado fora, acrescentou. Telma lembrou que a responsabilidade do Conselho é grande demais, que representam cerca de trinta e seis mil pessoas e não a si próprios; que ninguém estaria contra a obra. Dalvair acrescentou que depois da aprovação o Departamento pode fazer o que quiser na UBS, sem que às vezes seja feito o necessário. A Conselheira Izolina questionou se o Departamento não conversa com quem está trabalhando, que é quem sabe das necessidades. Telma responde que não sabe se foi feita reunião com a equipe para discutir isso. Dalvair sugeriu que se oficializasse a Diretora solicitando informações. Antônio questionou se o Conselho queria mais informações, o que foi confirmado pela maioria dos conselheiros. Dalvair acrescentou que precisamos saber do que se trata a obra. Telma sugeriu que as informações poderiam ser passadas via WhatsApp no Grupo dos Conselheiros, para que todos pudessem tomar ciência antes da próxima sessão. Ficou definida realização de nova sessão extraordinária na próxima quarta-feira. A Conselheira Cris solicitou que os conselheiros cheguem no horário, pois as reuniões estão começando com muito atraso. Ficou definido o horário de início para



às dezessete e quinze para primeira chamada e dezessete e trinta para a chamada final. Foi solicitado o auxílio de quem pudesse ajudar na elaboração do ofício. Os Conselheiros Alexandre, Dalvair, Edna e Jesse se disponibilizaram a colaborar com a secretária Telma na elaboração do ofício, que foi redigido após o término da sessão, que se deu às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos. E para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 27 de janeiro de 2020. 

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu-PR, realizada no dia vinte e sete de fevereiro de 2020, na sede deste Conselho, à Rua Sete de Setembro, 713, Edifício Ravena, sala 5.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, às dezessete horas e quinze minutos, teve início a sessão extraordinária com a presença de doze conselheiros de Saúde, da Diretora do Departamento Cristiane Amaral e de quatro membros da Comunidade. O Presidente Elias abriu a reunião justificando a ausência do vice-presidente, devido ao falecimento de familiar. Em seguida, a secretária passou à leitura da ata da sessão ordinária do dia dez de dezembro de 2019; e das reuniões extraordinárias de 18 de dezembro de 2019 e de 27 de janeiro de 2020; todas as atas foram aprovadas pelos conselheiros e houve apenas um pedido de correção da Diretora do Departamento com relação ao seu nome: Onde se lê Cristiane do Amaral, passa-se a ler Cristiane Amaral. O presidente questionou sobre a ausência do pessoal do Comitê da Dengue e foi informado que o tema saiu de pauta; passou então a palavra para a Diretora Cristiane para a apresentação do relatório do 3º quadrimestre de 2019. Entretanto, o prestador Agnaldo Pimentel, do Laboratório Santa Teresinha solicitou a palavra primeiramente, já que teria que se ausentar da reunião por motivo de trabalho, alegando que havia recebido um ofício do Conselho de Saúde e queria responder. A palavra foi cedida ao mesmo que explicou que o laboratório deixou de prestar atendimento no período de 31 de dezembro a 20 de janeiro de 2020, 

devido à realização de processo licitatório. Cristiane corrigiu que o período foi de 20 de dezembro a 20 de janeiro, mas Agnaldo alegou que haviam alguns agendamentos prévios e que continuou o atendimento até 31 de dezembro. Agnaldo informou que o laboratório realiza os exames que são liberados pelo Departamento de Saúde, que ele se adequa às regras do Departamento. Que não pode pegar um pedido que tenha vários exames e fazer todos, só pode fazer os exames que são liberados. Que os demais precisam de uma autorização expressa do Departamento. Que alguns exames que eram liberados, agora, por determinação da Diretora Cristiane, precisam de auditoria. Porém, os básicos são liberados. Cristiane acrescentou que os básicos constituem uma lista de mais de vinte exames, Agnaldo afirmou que são 23 exames, acrescentando que hoje os exames da lista básica estão normalizados e que, os que estão fora da lista estão sendo realizados conforme liberação do Departamento. Que em média realiza quarenta exames/dia e que existe, normalmente, uma ausência para a coleta, de dez a vinte por cento dos usuários. Que isso prejudica não só o laboratório, mas também os usuários que estão aguardando a realização de exames. Que no ano passado, o problema foi que as solicitações de exame foram acima do teto financeiro. Que está em negociação com o Leandro e o Cleisom, da Contabilidade, para finalização do processo licitatório; que ofereceu uma Chave de Acesso, para que o Departamento possa visualizar não só os resultados dos exames, mas também se as solicitações estão sendo duplicadas ou feitas com períodos pequenos de intervalos, sem um motivo que justifique, onerando o município sem necessidade. Respondeu questionamento da Conselheira Neuza acerca de um caso concreto de solicitação de exames, reiterando que realiza os exames que são liberados pelo Departamento, através de seus protocolos, e que é preciso otimizar a auditoria. Cristiane afirmou que isso será explicado à frente. Agnaldo salientou que exames de Dengue estão sendo realizados mesmo que fora do horário e que a tentativa é de liberação dos resultados no mesmo dia. Acrescentou que o ofício do Conselho será respondido formalmente, se colocou à disposição para outros esclarecimentos e



como ninguém se manifestou, agradeceu a oportunidade. A Diretora passou a apresentar o Relatório Quadrimestral, dizendo que o modelo já é conhecido pelo conselho, que já é usado há tempos. Passou à apresentação da receita do município no 3º quadrimestre conforme slide 3, Telma observou que há uma inversão nos dados da União e Estado, Cristiane afirma que os valores chegam via Estado. Ao falar do montante, Telma observa que a Comissão de Finanças encontrou outros valores. A Diretora solicitou que os questionamentos fossem deixados para o final e explicou que nem tudo que está no Fundo está disponível, e que no relatório só estão os valores que chegaram no quadrimestre, por isso a divergência. Em seguida, passou a relatar as despesas efetuadas no quadrimestre, conforme documento anexo. Ao ser questionada sobre quem fez o curso do SIOPS, respondeu que foi o Leandro. Com relação ao aumento do material de consumo médico-hospitalar, alegou que foi necessário o empenho de maior quantidade, devido ao vencimento da licitação, que se daria em janeiro. Na questão de gêneros alimentícios, a Conselheira Telma perguntou sobre o motivo de ter parado o fornecimento de pães aos funcionários do Departamento de Saúde, Cristiane respondeu que atendeu a uma solicitação da administração para redução das despesas. Telma solicitou informações sobre valor pago em fevereiro, cujo fornecimento também não existiu, e a Diretora pediu para encaminhar o questionamento para que ela possa verificar. Após informação sobre o SIOPS do quadrimestre, voltou a falar sobre receitas, agora com relação aos recursos recebidos por emendas parlamentares e outras; e sobre os recursos pendentes de outros anos. Que alguns itens foram adquiridos, mas que teriam entrado em outro item de despesas, e posteriormente corrigidos, como as balanças infantis e a Educação Permanente, que continua com saldo, apesar de ter sido utilizado recursos de outra rubrica. Telma chama a atenção para erro no item Transporte Sanitário 2016/2017, cujo valor pendente demonstrado é muito superior ao real. A Diretora reconheceu o erro e alegou que não tinha percebido, mas que seria corrigido. Sobre o recurso do BIRD, afirmou que o uso é difícil e complexo. Sobre a ambulância que



foi empenhada em janeiro e que até hoje não chegou, explicou sobre os prazos solicitados pela ganhadora da licitação e posterior falência, a chamada para o segundo lugar e novamente a extensão do prazo; e que as furgonetas estão à espera do agendamento da licitação. Explicou ainda sobre as dificuldades de licitação para o mobiliário, que não conseguem as tomadas de preço, porque como são muitos itens, o orçamento é trabalhoso e as empresas não querem ter esse trabalho, sem uma garantia de ganho da licitação. Com relação à aquisição de material permanente das emendas de deputados, foi solicitado, pelo departamento responsável, que se juntasse as duas verbas para fazer somente uma licitação. Ao falar sobre a redução das consultas e exames especializados, alegou que Maringá fez um corte na cota de 30%; e que houve descredenciamento de profissionais e empresas do CISAMUSEP, o que tem inviabilizado os serviços. Lembrou que Curitiba também fechou as portas para TFD - Tratamento Fora do Domicílio. Que não existe mais vagas para tratamento de glaucoma, por exemplo, pelo SUS. Que o neurologista que atendia no Centro de Saúde, não está mais atendendo, porque o município não consegue pagar o custo da consulta que é de 140 reais. Telma falou do custo dos clínicos gerais - 100 reais por hora e do pediatra e ginecologista 120 reais. Cristiane acrescentou que esses valores se referem à hora trabalhada, mas que no caso do neurologista é por consulta, independente da duração. Se durar 5 minutos ou meia hora, o valor é o mesmo, 140 reais. Ao falar sobre passagens para tratamento fora do domicílio, a conselheira Neyla questionou se o Conselho pode ter acesso à relação de pessoas que usaram as passagens, a Diretora responde que sim, e a conselheira solicitou que isso seja feito. Com relação às faltas, relatou que trezentos e onze pacientes faltaram a consultas especializadas no SUS e quatro a exames especializados, inclusive tomografias. Que quando é do CISAMUSEP o município não paga, mas que estão tirando a vaga de outras pessoas. Seguiu o relato falando sobre consultas na atenção básica, plantões e especialidades. Sobre a medicação, relata que após obrigação da judicialização, no 3º quadrimestre, que só doze

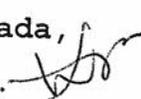
pacientes receberam medicação, a um custo de dois mil e trinta e seis reais e vinte e sete centavos. Que apesar de tantas reclamações e críticas no ano passado, por conta dessa alteração, que agora está se vendo os resultados. Que a população precisa compreender que existem pessoas que precisam mais do que outras, que é preciso priorizar o atendimento e que o sistema está entrando em colapso e que a posição da justiça foi muito importante. Sobre o recurso Estadual para medicamentos investido no último quadrimestre, observou que o valor foi empenhado, mas não totalmente adquirido. Na apresentação sobre o Grupo de Tabagismo, Telma chamou a atenção sobre a repetição de dados, que precisa melhorar o relatório, para não ficar repetindo dados. Cristiane disse que pensarão em outro formato, mais dinâmico. Passou a informar sobre os cento e doze nascidos vivos no quadrimestre, sem nenhum óbito fetal, três óbitos infantis e três óbitos de mulheres em idade fértil. Ao falar sobre os casos de dengue, apontou que esta é a maior epidemia de todos os tempos e o pior ainda está por vir, que será em março e em abril. Que dois mil, quinhentos e cinquenta e nove imóveis estavam fechados. Que em uma semana teve um aumento de nove mil casos confirmados no Estado e doze confirmados na última semana em Mandaguçu. Que o vetor e o vírus estão em mutação, o que o tornou mais agressivo, ocasionando mais mortes. Que o atendimento a esses doentes onera muito a Saúde Pública, que os hospitais estão lotados. O presidente comentou que soube que na segunda feira de carnaval o atendimento vinte e quatro horas atendeu cento e noventa e duas pessoas, Cristiane acrescentou que nenhum caso era grave. O presidente perguntou se era procura por atestado, a resposta foi afirmativa. Que está havendo espera de até doze horas no Hospital Paraná, por exemplo. Solicitou apoio do conselho em orientar a população, sobre as dificuldades do momento. Que o município está trabalhando com arrastão de limpeza, intensificando as fiscalizações, orientações em escolas. Que Mandaguçu é o único município da região que não está em epidemia. Telma falou de material juntando água no pátio do Centro de Saúde, Cristiane afirmou que já solicitou remoção, pela

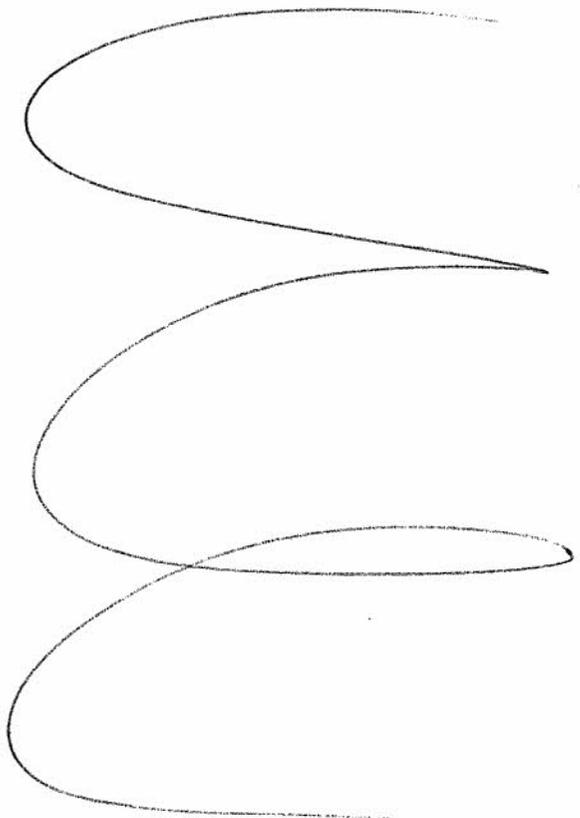


engenharia, mas que está difícil dar conta porque as obras estão sendo feitas pela mão de obra do município, que falta pessoal. Telma frisa que ao terminar um serviço, eles devem retirar os restos de obra. A Diretora falou do orgulho pelo trabalho desempenhado pela Vigilância Sanitária e agentes de endemias. Com relação às coletas dos preventivos, Telma perguntou se está havendo falta de material, e a resposta foi negativa, que os kits são fornecidos pela 15ª RS e os espelhos o município tem. Cristiane perguntou de onde veio a reclamação, onde estaria o problema, na reposição? Telma afirmou que houve uma denúncia e que é preciso se investigar isso. Telma afirmou que pode ter sido falta de comunicação, como no caso do Captopril. Cristiane informou que a partir de abril mudará o financiamento da Atenção Básica, que será por indicadores e um deles será o atendimento às gestantes. Telma falou que o Departamento deixa de divulgar informações com esse modelo de relatório; que não consegue enxergar todo o trabalho desempenhado, que deveria ser mais bem utilizado pela gestão, inclusive para facilitar a divulgação das informações; acrescentou que coisas boas que o município faz com recursos próprios, como nas especialidades odontológicas, nem aparece nesse relatório; chamou a atenção para um dado errado no relatório de saúde bucal, já que o centro de saúde não teve atendimento no 1º quadrimestre devido às reformas, que esse dado apareceu agora, que nos outros quadrimestres não existia; e que não tem informação sobre o trabalho do Cirurgião Bucomaxilofacial; acrescentou que seria interessante se colocar a porcentagem da população que está sendo atendida em cada um dos setores. A Diretora afirmou que quando tiver alguém no Departamento para fazer isso, que será feito. Cristiane abriu a palavra para questionamentos. Telma voltou ao assunto do Laboratório que o dado do quadrimestre está errado e acrescentou que com relação ao Fundo Municipal de Saúde, a Comissão só analisa os valores que efetivamente entraram nas contas do município, incluindo as ordens de pagamento. A Diretora explicou que acabou a dotação orçamentária, um erro de planejamento mesmo, que vários fornecedores ficaram sem ser pagos. Que até um determinado

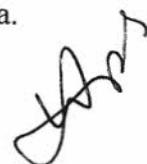
valor é possível fazer uma suplementação de verbas por decreto; mas que a partir daí, é preciso um projeto de lei que tem que passar pela Câmara Municipal e o trâmite é demorado. Que se o prefeito autorizar um pagamento sem dotação orçamentária, isso é considerado uma pedalada fiscal, que foi o que levou ao impeachment da Presidente Dilma. Que o problema começou em setembro. Telma apontou que no quadrimestre o relatório apontou o valor de quarenta mil, mas que na realidade foram cem mil pagos ao laboratório. Cristiane reconheceu o erro do relatório, que em novembro foi pago somente parte do valor e que em dezembro não se pagou nada. Que esse problema orçamentário coincidiu com os estudos que estavam fazendo para mudanças dos protocolos e normatização da coleta; porém, a população entendeu que o município não queria pagar os exames e que o laboratório queria cobrar. Que se reuniu com o médico auditor e um médico clínico geral, para discutir e elaborar uma lista de exames básicos, que poderiam ser liberados imediatamente e os exames que deveriam ter uma justificativa para serem realizados; já que aproximadamente noventa por cento dos resultados são normais. Que é difícil o paciente entender que os exames são para diagnóstico e não para prevenção. Se houver suspeita de algum problema é que se deve solicitar, e não porque o paciente quer fazer um check-up. Salientou que tem dificuldades porque agora é que está sendo montada a auditoria no município, que há falta de funcionários, que há questionamentos dos médicos. Telma questionou quais os médicos que estão mais reticentes e ela afirma que são os efetivos. Que com os credenciados não tem tido problemas. Que orientou a recepção para que os exames que precisam de liberação sejam liberados juntos com os básicos, para não haver duplicidade de coleta. Afirmou que os médicos estão muito bem selecionados, trabalhando conforme a solicitação do Departamento; que no plantão é mais difícil, porque vem médicos variados. A Conselheira Rose falou que a população do IBC está contente com o médico, Cristiane afirmou que apesar de não ser PSF, que o Dr. Ítalo está trabalhando na lógica do PSF, assim como a nova contratada na Vila Guadiana, a Dra. Maithi, que atende a população

que não tem referência para as equipes um e dois do PSF. O Dr. Marcel que está auxiliando o Dr. Wilson na UBS do Bela Vista, que tem uma população muito grande descoberta. Que na UBS Central, tem-se os Drs. Marlon e Maico, que também trabalham na ótica do PSF, para que haja uma vinculação do paciente ao seu médico. Que a dificuldade nos plantões, é mostrar para a população o que é a Atenção Básica; o que são procedimentos eletivos, que podem ser agendados, e o que é a urgência e a emergência. Rose comenta sobre casos de gravidez na adolescência, no IBC. Cristiane diz que não é falta de informação, que talvez seja falta de apoio familiar. A Escola Francisco Periotto e o Núcleo de Educação solicitaram um trabalho nesse sentido; que é uma questão cultural e que os adolescentes são inconsequentes. Falou sobre o processo seletivo para contratação para sete equipes de Saúde da Família, assim que sair o credenciamento pelo Ministério da Saúde. Que estão sendo estudados os impactos financeiros e que acha que isso marcará a transformação da Saúde de Mandaguacu, diminuindo a demanda por especialidades, melhorando o trabalho de prevenção. Rose falou do Programa Arte Terapia, no IBC, pessoas que não saiam de casa e estão se integrando à sociedade. Cristiane explicou que é um projeto das Agentes Comunitárias de Saúde junto com a Psicóloga Manu, que na Guadiana tem um projeto de Horta Comunitária para socialização dos pacientes da psiquiatria e outro projeto com o grupo de diabetes. Que na UBS São Pedro tem um projeto de caminhada. Que realmente o maior desafio da gestão é o atendimento 24 horas, que está difícil tanto para funcionários quanto para a população entender. Que na segunda feira de carnaval, foram realizados cento e noventa e dois atendimentos num período de quinze a dezesseis horas, porque durante a noite o movimento caiu. Que em seis horas, noventa pessoas passaram pela enfermeira. Que segundo relatos dos médicos, as pessoas estavam atrás de atestado médico. Telma informou que a Comissão de Finanças fez avaliações do relatório, que foram passadas pelo WhatsApp para os conselheiros, mas que fará um documento formal para o Departamento. Cristiane falou que vai repassar para a equipe técnica e de contabilidade, para que respondam; que não tem autonomia na

questão financeira e contábil; que quer que o Conselho trabalhe junto com o Departamento. Telma afirmou que essas cobranças são para ajudar a gestão e facilitar a vida deles. Que a conclusão é que o município gasta mais do que é obrigado por Lei. Cristiane acrescentou que são mais de três mil e quinhentas consultas/mês. José Pedro afirmou que a cada dois meses, é como se a Saúde atendesse toda a população do município. Telma acrescentou que a maioria dos valores são arcados pelo município e que as coisas vão melhorar quando saírem os resultados do IBGE. Após algumas discussões, chegou-se à conclusão de que só vai haver reflexo no incentivo financeiro no meio da próxima legislatura municipal. Cristiane disse estar contente com as políticas do Ministério da Saúde e com a Secretaria de Saúde do Estado, que convergem com o trabalho realizado pela gestão da saúde de Mandaguaçu, com o objetivo de fortalecer a Atenção Básica. Que o novo financiamento, será baseado em indicadores, especialmente para a saúde mental e saúde do idoso, e que o município já vem investindo muito. Em seguida, o Presidente colocou a relatório em votação, que foi aprovado por todos os presentes. Em não se tendo mais nada a tratar, a sessão foi encerrada às dezenove horas e cinquenta e cinco minutos. E para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 27 de fevereiro de 2020. 



Ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguçu - PR, a primeira presencial pós-pandemia, realizada no dia 29 de setembro de 2020, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro de Cultura de Mandaguçu, na Rua Bernardino Bogo. Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, às 17h e 14m, teve início a sessão ordinária com a presença de dez conselheiros, da Diretora do Departamento de Saúde Cristiane Amaral e um assessor. A pauta única foi a Prestação de Contas do 2º Quadrimestre de 2020. O Presidente do Conselho abriu a reunião dando as boas-vindas aos presentes e passou a palavra para a Diretora, que falou sobre os 30 anos de SUS e dos motivos para se comemorar. Em seguida, passou a discorrer sobre a prestação de contas, que havia sido previamente enviada e analisada pelo Conselho. Informou que a medicação que foi licitada em fevereiro, está chegando somente agora, em setembro. Que o município recebeu 120 mil reais para a montagem do Ambulatório de COVID, que foi instalado na antiga UBS São Pedro; e que está cadastrada como um Anexo do Centro Municipal de Saúde. Discorreu sobre os recursos vindos através do cadastro de Programas. Que o aparelho de Raio X Digital já foi licitado, mas que falta a adequação do local para sua instalação. Que o valor disponibilizado por Emenda Parlamentar para a aquisição de um carro é insuficiente, e que o município vai ter que usar recursos próprios para complementar. Após questionamento de um conselheiro, ficou de verificar com a SESA sobre possibilidade de usar sobra de recursos de emendas. Informou que o curso de capacitação em Saúde Bucal retornará em outubro, já que tinha sido paralisado em virtude da pandemia. Que os recursos do VIGIASUS serão utilizados para adequar as salas de vacina. Falou das dificuldades para pagar as obras de construção já realizadas na UBS Bela Vista, já que não existe dotação orçamentária. Que não houve pagamento do médico auditor, porque estão suspensas as cirurgias eletivas, devido ao COVID 19. Que as cirurgias de urgência são laudadas pela Regulação, não pelo auditor. Informou que houve chamamento de Enfermeiras e técnicos para suprir as necessidades da pandemia. Que foi feito um protocolo para solicitação de exames, com justificativa; e que, com isso, houve queda nas solicitações. Que muitos medicamentos estão em falta nas distribuidoras, como corticoides, dipirona e paracetamol; e que este seria um dos motivos para a suspensão de cirurgias eletivas. Que houve falta também de Rivotril; que por isso se está diminuindo a quantidade de medicação fornecida, aos pacientes que fazem uso contínuo. Que aumentou o número de acamados necessitando de alimentação especial, principalmente idosos. Falou sobre a Portaria 2109, que flexibilizou a compra de medicamentos, podendo se fazer licitações menores. Que houve queda nos valores da Casa de Apoio de Curitiba, porque foram fechadas as portas para tratamento devido à Pandemia. Que houve problemas com o contrato da empresa que coleta resíduos da Saúde, mas que está sendo resolvido. Que houve diminuição com os gastos de prestação de serviços com a frota, depois da contratação de 2 mecânicos. Que no item "Outros" estão despesas com o plantão, com o G-MUS, com procedimentos cirúrgicos realizados com recursos próprios e oxigênio utilizado em domicílios. Na rubrica COVID, entraram despesas com pessoal, equipamentos e medicamentos. Que o índice de gastos com a Saúde, subiu para 38,13%, devido ao COVID 19. Que os recursos para a reforma da UBS Central serão utilizados para conserto do telhado e fiação elétrica. Que a reforma da UBS Bela Vista priorizará um centro de convivência, sala de reuniões e garagem. Que está sendo realizado o monitoramento de contactantes de pacientes diagnosticados com COVID 19, por uma equipe formada por 2 enfermeiras e uma técnica de enfermagem, que fazem o acompanhamento via telefone, diariamente, inclusive aos fins de semana.



que fazem o acompanhamento via telefone, diariamente, inclusive aos fins de semana. Que todas as informações são digitadas no Notifica COVID, um sistema de monitoramento. Que o município recebe 6 mil reais por profissional cadastrado e que pode cadastrar 6 profissionais. Que o recurso virá em 3 parcelas de 36 mil reais, mas que ainda não veio nada. Que pelo fato dos funcionários efetivos receberem adicionais no salário, não podem receber esses recursos. Que durante os finais de semana, o trabalho é feito por terceirizados. Passou a relatar os projetos que fomos contemplados. Falou do Prontuário Eletrônico, que funciona dentro do E-SUS, que o profissional tem acesso aos dados dos pacientes. Sobre o Dash Board, o mapeamento do COVID, falou que não disponibilizou essa ferramenta porque é baseada em gráficos, que precisa do link e de senha para acessar. Que só tínhamos 3 equipes de Saúde da Família, com uma cobertura de 23% da população e que com a conquista de mais 7 equipes, haverá uma cobertura de 80%. Que a UBS Bela Vista e Guadiana já estão com 2 equipes cada e que também contam com o Saúde na Hora, que é uma extensão do atendimento até às 19 horas, e que se recebe um recurso de até 80% a mais por equipe. Que quanto mais equipes, maior o recurso recebido, mas que o problema para se colocar as outras equipes em funcionamento, esbarra na contratação de mais profissionais, inviabilizada devido ao índice da folha de pagamento. Que o respirador que o município recebeu está guardado, para ser usado quando da instalação de uma base do SAMU, que virá para Mandaguaçu. Que os procedimentos de Média e Alta Complexidade são regulados pelo SISREG, através da Secretaria de Saúde de Maringá. Sobre o combate à Dengue, informou que o novo inseticida é da Bayer, que atrasou a entrega. Que já estava agendado o fumacê em Mandaguaçu, mas que devido ao atraso, acabou vindo para cá somente em maio. Que foram feitas 3 aplicações num período de 5 dias, pela manhã e à tarde. Que não se pode aplicar mais devido ao risco ambiental. Que foi localizado bicho barbeiro no Conjunto Adolpho Lepri. Falou sobre os processos administrativos formulados pela Vigilância Sanitária, que um deles se refere à venda de vinhos sem origem documentada. Sobre Sífilis, falou da necessidade de se tratar o parceiro. Sobre óbitos em virtude do COVID, afirmou que no 2º quadrimestre foram 6 mortes. Que 2 estavam com câncer, mas que a morte foi adiantada pelo COVID. Que houve 2 óbitos infantis, até 1 ano; e que as 5 mortes no 1º quadrimestre foram analisadas pelo Comitê de Mortalidade Materna. Que o pico do COVID foi em agosto. Que tem procurado manter a mesma equipe trabalhando no ambulatório, para limitar a exposição dos profissionais. Que dá preferência a profissionais que seguem os protocolos. Que as informações sobre quantitativos de consultas foram retirados do E-SUS, porém que não contemplam o Centro de Saúde, que ainda não está inteiramente informatizado. Que praticamente 10% da população é atendida nas UBS, mensalmente; mais de 4 mil consultas em agosto. Falou das dificuldades em informatizar o Centro de Saúde e do novo financiamento da Saúde, agora por produtividade. Que o plano é colocar 3 equipes de SF no Centro de Saúde; 1 no IBC; e mais uma na Vila Guadiana. Após a explanação, o Presidente colocou a Prestação de Contas para votação. Haviam 15 conselheiros presentes, e 13 estavam aptos a votar. A prestação de contas foi aprovada. E não tendo mais nada a se tratar, a reunião foi encerrada às 19 horas. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 29 de setembro de 2020.



Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguáçu - PR, realizada no dia 18 de novembro de 2020, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro de Cultura de Mandaguáçu, à Rua Bernardino Bogo.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte, às 17h e 27m, teve início a sessão ordinária com a presença de onze conselheiros, da Diretora Interina do Departamento de Saúde Franciele Lima Dario, da Coordenadora de Endemias Márcia Buzzo e da Médica Veterinária da Vigilância em Saúde, Mariana Barion. O Presidente abriu a reunião dando boas-vindas aos presentes. Após leitura e aprovação da ata da reunião ordinária anterior, foi procedida à leitura do Ofício 027/2020, enviado pela Diretora Interina do Departamento de Saúde, que trata de alterações no Plano Municipal da Saúde 2020, com a inclusão das ações decorrentes do enfrentamento da Pandemia do COVID 19; por orientação do Ministério da Saúde. Após a leitura dos Ajustes na Programação Anual de Saúde, que contemplou as Diretrizes, Objetivos, Metas, Indicadores de Monitoramento e Avaliação, bem como as Ações programadas para 2020; o presidente colocou a Programação em votação que foi aprovada por todos os conselheiros presentes. A seguir, foi passada a palavra para a Márcia e a Mariana, responsáveis pelo Comitê da Dengue, que informaram que no início de 2020, Mandaguáçu foi um dos últimos municípios a entrar em Epidemia de Dengue. Que para que venha o fumacê ao município, ele precisa necessariamente estar em epidemia. Que quem decide em quantos quarteirões será aplicado o inseticida é o Estado; que para Mandaguáçu foram escolhidos 700 quarteirões; definidos pela 15ª RS junto com a Vigilância Epidemiológica do município. Que houve uma diminuição dos casos a partir de maio, nas que neste mês de novembro já houve 3 notificações. Que quando recebem a notificação, delimitam a possibilidade de foco ao redor da casa do paciente. Se não conseguem identificar e eliminar o foco mecanicamente, é feita a aplicação de inseticida com bomba costal. Que houve troca do inseticida e não se aplica o veneno com mais frequência, porque os mosquitos desenvolvem resistência ao veneno e porque prejudica o meio ambiente. Que são preconizados 4 Levantamentos Rápidos de Índices para Aedes Aegypti (LIRAA) por ano, mas que devido à Pandemia, o 2º de 2020 foi cancelado. Que em junho a infestação média era de 1,4% e em outubro 0,5%, o mais baixo do ano. Que o próximo LIRAA será em janeiro e que foram definidos 22 pontos estratégicos, locais com maior risco de proliferação como: cemitério, borracharias, funilarias e algumas residências. Que a Agente de Endemias Val percorre esses pontos estratégicos a cada 15 dias. Foi aberta a palavra para questionamentos. O Presidente questionou se quando uma pessoa pega Dengue, se é analisada a casa e o local de trabalho da mesma; a resposta foi que se o trabalho é no município, a fiscalização se estende ao ambiente de trabalho. No caso de casas fechadas, a sistemática adotada foi alterar o horário de trabalho dos agentes para 6 horas, de modo que consigam ir às residências fechadas, no horário do almoço; o que diminuiu o problema. Quando mesmo assim, não conseguem encontrar ninguém, acionam o Departamento da Fazenda para identificação dos moradores e notificação. Em último caso, tem-se o recurso da Lei, mas que não tem sido necessário fazer uso. A conselheira Telma perguntou quem faz parte do Comitê da Dengue, se há a participação de outros setores da Administração Municipal, como Obras, Meio Ambiente e Educação; lembrando que, segundo orientações recebidas durante Web Conferência da Regional com os Conselhos de Saúde, nesta semana, esses setores devem participar, assim como ao menos um representante do Conselho de Saúde. A resposta foi negativa e foi solicitado

que haja uma reformulação do Comitê e da Lei que o criou. A seguir, a palavra foi passada para a Diretora Interina que fez sua apresentação, que é Enfermeira formada, que sempre trabalhou no serviço público, tendo iniciado como Agente de Flúor e que sua última função foi a Direção da Vigilância em Saúde. Que já foi conselheira de saúde, tendo sido vice-presidente. Que há 20 dias tem respondido pelo Departamento, que tem feito um levantamento dos problemas de estrutura das UBS; que é impossível resolver de um dia para o outro, que é um processo. Quer trabalhar com planejamento e projetos. Que está iniciando com o Projeto da Sala de Urgência do Centro Municipal de Saúde, para estabilização do paciente. Que o Projeto já foi aprovado pela Vigilância Sanitária da Regional, que solicitou a visita técnica dos mesmos, para verificar a questão do fluxo de atendimento. Que algumas salas foram fechadas, inclusive a de esterilização; e que está montando uma central de esterilização na UBS do Bela Vista. Que está trabalhando no Projeto da Farmácia Municipal da Vila Guadiana, que contará também com uma sala de urgência, onde era a antiga Clínica de Odontologia. Que vai ser implantado o Saúde da Família em Pulinópolis, que já está com um enfermeiro trabalhando lá até às 17h. Que está faltando um enfermeiro na Vila Guadiana. Que está ouvindo os funcionários, para saber quais as necessidades deles, pois são eles que sabem dos problemas enfrentados no dia a dia. Que vai procurar trabalhar com todos e não com grupinhos. Que o patrão é o povo e que quer dar dignidade ao povo. Que trabalha para servir e não para ser servida. Que se continuar à frente da Saúde, vai montar a equipe e vai buscar o que se perdeu ao longo do tempo, trazendo a Atenção Básica de volta, com qualidade. A conselheira Cris questionou sobre o Hospital Metropolitano. A Diretora informou que como o Hospital tem 56 leitos, a fiscalização é de responsabilidade do Estado, que ainda não liberou o alvará de funcionamento devido a alguns problemas como fluxo, número de funcionários, exaustor. Que por hora, só tem atendimento no ambulatório, que não pode internar paciente. A conselheira Talita afirma que nem os funcionários do hospital sabem dizer o que está acontecendo. Franciele informa que já chegou um gerador e que a Regional está prestes a fazer uma nova inspeção lá. Que só não foi formalizado o convênio com o SUS e a volta das AIH, devido à falta de documentação. O conselheiro Antônio perguntou quem está cobrando o Metropolitano para a regularização dos serviços; Franciele respondeu que o prefeito tem feito isso, mas que o Hospital é particular e ele é quem tem que regularizar a situação. Após a explanação da Diretora, o Presidente informou que a conselheira Bibi e Rose justificaram o não comparecimento. Informou sobre a palestra do Dr. Gilson, na próxima sexta-feira, só para homens, dentro da programação do Novembro Azul. Informou que a próxima reunião ordinária de dará em 16 de dezembro. Comentou-se sobre a abstenção nas eleições municipais, sobre carros emplacados em outros municípios, sobre pessoas de fora procurando atendimento aqui, quando em visita a parentes e pessoas que mudaram para cá, devido a facilidades no atendimento à saúde, como no caso de transporte sanitário. E não tendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às 18h e 25m, com a presença de 12 conselheiros. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 18 de novembro de 2020.

Ata da 5ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu - PR, realizada no dia 16 de dezembro de 2020, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro de Cultura de Mandaguaçu, à Rua Bernardino Bogo.

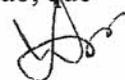
Aos dezesseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, às 17h e 33m, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde com a presença de onze conselheiros, da Diretora Interina do Departamento de Saúde Franciele Lima Dario, e de cinco membros da comunidade. A reunião foi presidida pelo vice-presidente Antônio Paz, devido ao falecimento de um familiar do presidente Elias; que anunciou que esta é a última reunião de 2020, chamando a atenção para o número reduzido de conselheiros participantes. Solicitou à secretária Telma que procedesse à leitura da ata anterior, e após aprovação da mesma, passou-se à leitura dos documentos recebidos e expedidos. Foi feita a leitura do Ofício 454/2020, do Ministério Público da Comarca de Mandaguaçu, solicitando informações deste Conselho em relação às ações desenvolvidas durante a Pandemia; e também da resposta enviada para o MP. Em seguida, foi lido o Ofício do Departamento de Saúde, dando conta do recurso recebido pela Saúde Bucal. Telma explicou como foi a vinda do recurso, sobre o erro no cadastro da Equipe de Saúde Bucal - ESB, que o valor é pouco, mas que é bem-vindo. Foi procedida a votação para o recebimento do recurso, que foi aprovado e cuja Resolução será publicada no domingo. Fernando, membro da comunidade questionou como pode acessar aos documentos, e foi respondido que no próprio Conselho. Alegou que viu em uma rede social que esta reunião seria no dia 18 de dezembro e questionou o porquê de ter sido antecipada. Nenhum conselheiro viu ou postou tal informação. O usuário mostrou, no celular, a tal postagem; mas era antiga, do ano de 2019. Elucidada a questão, Telma falou sobre a necessidade de se ter uma secretaria no CMS, que ficasse aberta para que a comunidade pudesse acessar as informações e que isso facilitaria a divulgação das ações do Conselho e do Departamento de Saúde. Foi passada a palavra para a Diretora Interina Francielli, que explicou que a Diretora Cristiane estava de licença e que agora está de férias. E passou a apresentar a Programação Anual de Saúde – PAS 2021. Explicou que a Programação foi elaborada com a participação das equipes de saúde, que são as pessoas que irão realizar as ações previstas e que contou também com a participação da Telma, secretária do Conselho. Também falou sobre o Plano Plurianual, que será elaborado no próximo ano, para o período de 2022 – 2025 e que a PAS é baseada nele. Telma esclareceu que essa programação para 2021 seria a mesma, independente de qual prefeito fosse eleito. Como a PAS já tinha sido passada e discutida com todos os conselheiros, no grupo de WhatsApp; inclusive com sugestões formalizadas, a Diretora passou a falar sobre a Lei Orçamentária 2021, que prevê um valor de pouco mais de 15 milhões, para as ações de Saúde. Apesar da previsão orçamentária ser estratificada, ela é flexível, já que o recurso pode ser remanejado, com a aprovação da Câmara de Vereadores. Passou a relatar o valor total de cada rubrica orçamentária e onde esses valores podem ser utilizados. Falou sobre a necessidade de se construir um prédio para abrigar o Departamento de Saúde, para reduzir o gasto com aluguel, do excesso de gastos com credenciamentos. Ao relatar os gastos com dieta alimentar, esclareceu que anteriormente isso não constava na Lei Orçamentária, mas que agora consta. A conselheira Talita perguntou sobre a dieta da paciente Lorena; Francielli disse que foi difícil conseguir e quando estava tudo certo houve alteração na fórmula. Anunciou que os gastos em 2020, já estão batendo a casa dos 19 milhões. Telma falou da Lei Orçamentária e da Emenda 29 que diz que o município

deve gastar 15% dos seus recursos em saúde, mas que já ultrapassou os 30%, devido ao ano ter sido completamente atípico, que no próximo ano, provavelmente vá se aplicar menos. Que para melhorar é preciso um aumento na arrecadação do município. Solicitou que os presentes, que são ativistas das redes sociais, ajudem a passar essas informações, da importância de se emplacar o carro na cidade, de se pagar o IPTU. A conselheira Talita fala que as pessoas reclamam da saúde, mas que ainda está melhor que em muitos municípios. Exemplifica com a situação de uma moradora de Iguatemi, que queria matricular seu filho que frequenta a ANPR na escola aqui em Mandaguáçu, porque a Prefeitura daqui faz esse transporte. O membro da comunidade Paulo Sérgio questiona sobre passagens pagas à Viação Garcia; Francielli explica sobre pacientes que fazem tratamento em Curitiba, sobre a viagem e a hospedagem. Talita lembra de um paciente que tem problema pulmonar e que vai para Curitiba a cada dois meses. A conselheira Samira explica sobre a Casa de Apoio em Curitiba. Também é explicado que quem não pode ir de ônibus vai de ambulância ou de carro baixo. O Paulo Sérgio questiona sobre um paciente que necessita de alimentação especial, mas que só recebe 12 caixas, que seria insuficiente. Telma informa que essas questões têm que ser judicializadas, que a assistência social faz a avaliação da situação da família e daí se fornece a dieta. Sueli, também membro da comunidade, questiona se nesses casos vem um recurso extra ou se sai do orçamento da saúde. É explicado que sai da saúde mesmo. Se tira de outro local para se fornecer a dieta. Francielli chama a atenção para o fato de que hoje a discussão não é a prestação de contas, mas a Programação Anual de Saúde; que na reunião de fevereiro essas informações serão passadas. Telma informa que para o próximo ano estão previstos 175 mil para dietas especiais. Sueli questiona se anual e é informada que sim. Telma fala sobre a distribuição de recursos, que mais de 50% é despesa de pessoal. Novamente fala sobre a obrigação de gasto de 25% com Educação e 15% na Saúde. Sr. Antônio fala da necessidade de campanhas para aumentar a arrecadação, mas que o comércio tem que fazer sua parte, praticando preços semelhantes a Maringá. Francielli lembra que o COVID afetou a renda dos trabalhadores e da Prefeitura. Fernando pergunta sobre o número de estagiários. Francielli afirma que sem eles, não tem como tocar o serviço. Telma afirma que estão substituindo os funcionários efetivos pelos estagiários. O quadro funcional da prefeitura é pequeno, baseado nos dados oficiais do número de moradores. Se você recebe recursos referentes a 23 mil pessoas o quadro funcional é um, se recebe por 40 mil, é outro. Enquanto não for realizado o novo Censo pelo IBGE, será difícil acertar as coisas. Está se trabalhando para reduzir o número de estagiários. Samira explica que na Saúde Bucal haviam 3 estagiários, que foram demitidos e não serão recontratados. Salienta-se que uma das metas da PAS é ter 97% dos funcionários com vínculo protegido, ou seja, concursados. Francielli fala sobre o SAMU, que o município paga pelo serviço através do Consórcio. Que a população muitas vezes liga para a ambulância do município, mas que em caso de urgência/emergência quem tem que atender é o SAMU. São eles que fazem a regulação da assistência, e tem porta aberta para os hospitais de referência. É reponsabilidade do Estado, não do Município. As ambulâncias do município são para transporte sanitário, de pacientes que necessitam de maca, mas não para atendimentos de urgência. Talita fala que as pessoas reclamam que a ambulância do município vai ao local e não fazem nada. Paulo pergunta se tem como mudar os atendimentos, para não ir mais para Colorado. Francielli explica sobre as Autorizações de Internação Hospitalar - AIH e que assim que o Hospital Metropolitano resolver a situação junto ao SUS, que isso será

resolvido. Que é necessário o credenciamento do Metropolitano ao SUS, para viabilizar a vinda da base do SAMU para Mandaguçu e que isso já está sendo estudado. Acrescenta que a responsabilidade de Mandaguçu é na questão da Atenção Básica. Telma exemplifica que a missão é evitar que um hipertenso venha a se transformar num renal crônico e necessite de hemodiálise. Sueli fala de um paciente que estaria com trombose, mas que o médico não encaminha para o procedimento. Francielli alega que quem define o que tem que ser feito é o médico. Francielli volta a falar sobre a Programação Anual, falando das Diretrizes, Metas e Ações que serão implementadas e dos blocos de atividades. Apresenta a ata das reuniões que foram feitas com as equipes das UBS para a elaboração da Programação; que ninguém pode alegar que não fez porque não sabia que tinha que ser feito. Que a Programação será enviada para cada UBS e afixada na parede, para lembrar qual a função de cada membro da equipe. Em seguida apresenta o calendário das ações que cada UBS vai ter que realizar e que é baseado no Calendário do Ministério da Saúde. Francielli acrescenta que colocou na Programação a Farmácia da Vila Guadiana, que o projeto está sendo realizado, para melhorar a assistência farmacêutica na Vila. Finalizando, afirma que a Saúde é um direito de todos, que está à disposição da comunidade, que vão haver mudanças. Que quando houverem dúvidas, que as portas estarão abertas para todos. Que as áreas que estão descobertas, têm que ter atendimento. Que pretende começar arrumando a parte física das Unidades. Que não tem compromisso com o que aconteceu antes. Paulo questiona sobre o salário dela. E afirma que se a outra secretária está de férias, não está errado estar recebendo? Samira questiona se ela já foi exonerada. Francielli explica que ela é funcionária de carreira, que tem direito a férias. Telma explica que ela estava afastada por problemas de saúde e que estava recebendo auxílio doença e não salário de secretária. O conselheiro Davi questiona se Francielli vai continuar como Diretora no próximo ano; Fernando afirma que jogaram uma bomba nas mãos dela. Paulo questiona sobre o plano da farmácia funcionar no final de semana. Francielli informa que a farmácia pública funcionará até dia 24 de dezembro, na hora do almoço. Paulo afirma que as pessoas vão no hospital no final de semana, que tem que tomar antibiótico, mas que só consegue pegar dois dias depois; que isso precisa mudar. O presidente interino passa à votação do PAS 2021, que é aprovada por todos os conselheiros. O vice-presidente Antônio informa sobre o recesso de janeiro, que voltaremos em fevereiro, com as sessões presenciais. Agradece a presença de todos e encerra a sessão às 18h e 54m, com a presença de onze conselheiros. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguçu, 16 de dezembro de 2020.

Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Mandaguaçu - PR, realizada no dia 24 de fevereiro de 2021, no Auditório Maria Cecília Ramires, no Centro de Cultura de Mandaguaçu, à Rua Bernardino Bogo.

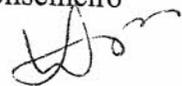
Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um, às dezessete horas e doze minutos, teve início a reunião ordinária do Conselho Municipal de Saúde com a presença de vinte conselheiros, da Diretora do Departamento de Saúde Franciele Lima Dario, e de dois membros da comunidade. O Presidente Elias abriu a reunião dando as boas-vindas para os novos e antigos conselheiros e passou a palavra para a secretária Telma, para a leitura da ata anterior. A conselheira Talita solicitou que, onde se lê “Talita fala que as pessoas reclamam que a ambulância do município vai ao local e não fazem nada”, que se acrescente “por não terem conhecimento sobre a real função do transporte sanitário e do atendimento de urgência”. Após a correção e o término da leitura, o Presidente colocou a ata em votação que foi aprovada. Em seguida, foi lida uma Nota Administrativa, enviada no dia 28 de janeiro pelo Secretário de Saúde do Estado do Paraná, para que o Conselho acompanhe o Plano de Imunização traçado, detalhando a ordem de vacinação que deve ser seguida, e para que se investigue possíveis fraudes na ordem de aplicação. Telma, a secretária do Conselho explicou que estamos ainda na fase de vacinação de pessoas acima de 90 anos, e que o município segue o Plano Nacional e o Plano Estadual de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19. Que esse documento chegou quando começaram a ocorrer denúncias de irregularidades em vários locais do Brasil. Telma explicou sobre uma denúncia que teria havido sobre uma funcionária do Hospital Metropolitano, que não teria direito à vacina. Porém, essa denúncia foi feita ao Ministério Público e não à Secretaria de Saúde; e que a investigação está sendo feita pelo GAECO. A Secretaria de Saúde não recebeu nenhuma denúncia até agora. Telma informou que a vacinação está sendo coordenada pela enfermeira Eloísa, que disponibilizou as informações sobre as pessoas vacinadas ao Ministério Público, GAECO e ao Conselho de Saúde. A lista de pessoas vacinadas será atualizada, com cópia sendo enviada rotineiramente para o Conselho de Saúde. Que foi solicitada a lista de profissionais do Hospital, onde constava o nome da funcionária, mas, que segundo comentários posteriores, a mesma só estava trabalhando há uma semana. Telma explicou que independente do tempo de serviço, todos os funcionários têm direito à vacinação. Foi enviado também, cópia do Vacinômetro, que está sendo publicado nas redes sociais; um boletim da Vigilância, que será disponibilizado ao Conselho através do WhatsApp. Que ainda falta vacinar alguns idosos acima de 90 anos e já se iniciou a segunda dose dos trabalhadores de saúde. A conselheira Cristiane solicitou que fosse enviada a cópia da Norma Administrativa também ao grupo no WhatsApp. Em seguida foi apresentado o Termo de Parceria na Modalidade Fomento entre o Município de Mandaguaçu e a ANPR, no valor de vinte e cinco mil e duzentos reais por ano, em doze parcelas de dois mil e cem reais. Colocado em votação, o Termo de Parceria foi aprovado por unanimidade. Em seguida foi lido o Ofício nº 059/2021, da data de hoje, da Secretaria Municipal de Saúde para o Conselho Municipal de Saúde, que trata da Repactuação de Autorizações de Internação Hospitalar – AIH. Telma informou que o Hospital Metropolitano está terminando o credenciamento ao SUS, que esteve com a Secretária de Saúde Francielli na 15ª Regional de Saúde hoje, fazendo a Ficha de Programação Orçamentária do Hospital Metropolitano. Que já foi enviado ofício, solicitando o retorno das AIH para a Regional, que por sua vez, providenciará a elaboração de um Termo de Repactuação, que



deve ser assinado pelos Secretários de Saúde das cidades onde nossas AIH estão alocadas, para que possamos trazê-las de volta ao município de Mandaguaçu. As AIH que serão repactuadas e transferidas para Mandaguaçu serão: 12 AIH que estão em Astorga; 23 das 26 AIH que estão em Colorado; 3 que estão em Mandaguari; 1 que está em Nova Esperança e 39 das 49 que estão em Sarandi. Portanto, das 91 AIH de Mandaguaçu, 78 retornarão. As demais ficarão em Colorado e Sarandi, que realizam cirurgias que são do interesse de Mandaguaçu. Das 78 AIH que virão para Mandaguaçu, 10 serão destinadas para Clínica Médica e 68 para Cirurgia Geral: Todas as cirurgias de baixo ventre – Hérnia (inguinal, umbilical e epigástrica); Hemorroida; Varizes; Colecistectomia; Histerectomia; Ooforectomia; Hidrocele; Perineoplastia; Apendicite; Postectomia; Safenectomia; Fistula; Sacroperineal; Cesária; Nódulo Mamário; Catarata; e Pterígeo. A Conselheira Lecir, em sua primeira reunião como conselheira, solicitou mais informações sobre os motivos que fizeram com que as AIH fossem para outro município, por que tem de voltar agora e quando isso acontecerá. A secretária do Conselho explica sobre o fechamento do Hospital São Lourenço em dezembro de 2019 e da necessidade de transferir nossas AIH para outros municípios, que pudessem atender nossas necessidades de internação clínica e cirúrgica. Que agora com a abertura do Hospital Metropolitano de Mandaguaçu para o SUS, as nossas internações acontecerão aqui, porém, que existe um trâmite e que não conseguimos precisar a data, mas que será em breve. A Conselheira Nilza informou que, em geral, leva uns trinta dias, dependendo da necessidade. Telma apontou o interesse do Estado que o Metropolitano faça internações de COVID-19, por isso deve sair mais rapidamente. Chamou a atenção para o fato de que as cirurgias eletivas estão suspensas devido ao COVID-19 e, portanto, mesmo as AIH cirúrgicas voltando para cá, que ainda não serão realizadas. O Presidente colocou em votação a Repactuação das AIH que foi aprovada por todos os conselheiros. Em seguida, foi apresentado aos conselheiros o número de faltosos a consultas e exames no CISAMUSEP no mês de janeiro: quarenta e quatro consultas e vinte e um exames. O Conselheiro Fernando perguntou quanto representa esse número de consultas de faltosos, em relação ao número total; porém, não se tem essa informação no momento, mas será providenciada. A secretária relata alguns dos exames que foram perdidos. A conselheira Andressa informa que alguns são exames auditivos. A conselheira Cris fala que muitas das solicitações que recebe para fisioterapia, estão com os telefones errados, que as UBS têm que atualizar os dados dos pacientes. Telma concorda e afirma que quando não se consegue contato, se transfere a consulta ou exame para o subsequente na lista; que existem muitos erros, inclusive de médicos, que às vezes não colocam data ou fazem os encaminhamentos manualmente, dificultando a leitura das solicitações; ou fazem pelo computador mas acrescentam algo à caneta, o que é considerado rasura. Outro problema, principalmente no Central, é a questão da internet, que cai demais; o que teria acontecido hoje mesmo. A conselheira Lecir pergunta se esses procedimentos não podem ser passados para outras pessoas, Telma explica que quando são sobras, não há tempo, porque em geral é de um dia para o outro. Francielli afirma que na maioria das vezes a pessoa confirma que vai buscar o encaminhamento, mas não comparece. Existe perda de tempo, papel, telefone e desperdício de exames. Que é preciso se disciplinar a população, no sentido de avisar quando não vai comparecer. Que nesta semana se perdeu uma tomografia; na semana passada duas. Que falta empatia a muitas pessoas. O tema seguinte foi o Credenciamento de Médicos e Enfermeiros. Apesar de haver concurso vigente para médicos, devido ao índice de endividamento da prefeitura, e



da Lei do COVID, só podem ser chamados profissionais para substituir os que saíram por aposentadoria ou por pedido de demissão. No caso dos médicos temos duas vagas para substituir. Já foram chamados dois médicos e nenhum aceitou; uma por estar fazendo residência, outro devido ao valor do salário, que é de pouco mais de cinco mil por vinte horas de trabalho. A secretária do Conselho informou que há grande necessidade de funcionários em Mandaguaçu, de médicos a auxiliares de serviços gerais. Foram chamados alguns motoristas e auxiliar de serviços gerais; e alguns técnicos de enfermagem. Que agora está se perdendo funcionários também para o Hospital Metropolitano. Que foi solicitado Teste Seletivo para contratação de profissionais de quarenta horas, para os Programas Saúde da Família: Médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos e auxiliares de consultório dentário, além de agentes comunitários de saúde e agentes de endemias. Enquanto esse teste seletivo não é realizado, tem-se a necessidade de contratar médicos e enfermeiros através de chamamento médico, que não tem impacto na folha de pagamento por serem terceirizados. Já venceram os contratos de Pediatra e de outras empresas. O ginecologista para de trabalhar também nesta semana. Inclusive nas redes sociais a população está reclamando da saída do Dr. Wilson, da UBS Bela Vista, mas o contrato está finalizando e ele tem outras propostas de trabalho, portanto não é de seu interesse continuar trabalhando aqui. O chamamento está prestes a ser publicado, porém, com alterações no contrato, obrigando o contratado a digitar as consultas no Prontuário Eletrônico, a fazerem pré-natal e outras obrigações, que se tem dificuldades em fazer os médicos realizarem. Foi colocado em votação a realização do chamamento médico e de enfermagem, que foram aprovados. Finalmente, o próximo assunto foi o Relatório Quadrimestral, que já foi passado para todos os conselheiros pelo WhatsApp. A palavra foi passada para a Secretária de Saúde Francielli, que explicou que o relatório é da época que a secretária era a Cristiane Amaral e que ela respondeu interinamente a partir de outubro. Iniciou falando da obrigatoriedade da prestação de contas e dos valores recebidos através das transferências da União e do Estado, além dos valores repassados pelo município. Falou dos recursos COVID e das portarias que disciplinam o uso dos mesmos; onde cada repasse deve ser usado no grupo de despesas a que se destina: Saúde mental, saúde bucal; epidemiologia, etc. Telma lembrou que os recursos COVID têm que ser dividido também com a Educação. O responsável pelas despesas, o Leandro, tem que ter muito cuidado na hora de pagar cada item. Que os valores são baixos devido à capacidade instalada do município. Que só vai mudar a partir do novo Censo. Vários conselheiros afirmaram ter visto notícia hoje no jornal, que o censo será realizado neste ano. Sobre os recursos pendentes, conseguiu-se adquirir vários itens, apesar das dificuldades com licitação. Que há problemas com a falta de bens, que algumas empresas não conseguem fornecer produtos pelo preço licitado, pois devido à pandemia há falta de muitos itens; além do ano de 2020 ter sido final de gestão, que não pode ficar pendências para o ano seguinte e que algumas licitações tiveram que ser canceladas. Francielli citou o caso dos trinta e cinco mil reais que vieram para comprar um carro, mas que não existe carro nesse preço; que a prefeitura vai ter que entrar com uma contrapartida. Que a reforma da UBS Central é uma prioridade, mas que a prefeitura não está conseguindo licitar vidros, que estão em falta. Telma ilustrou a situação com a questão da compra de luvas, que foi licitada a cinquenta e oito reais, mas que o fornecedor não consegue entregar por esse preço, já que houve um grande aumento, que já está superior a cem reais. O conselheiro



Fernando questionou sobre a possibilidade de se fechar a varanda da UBS Vila Guadiana, pois a população sofre com chuva e com o frio, no inverno. Francielli afirmou que é primeira vez que alguém faz uma reivindicação como esta, que vai ver o que será possível de se fazer; um toldo talvez. Agradeceu a manifestação do conselheiro e solicitou que outras reivindicações como essa sejam trazidas para que se possa dar mais conforto aos pacientes. Apresentou o total de despesas no terceiro quadrimestre, pouco menos de sete milhões de reais. Falou da despesa com folha de pagamento, médico auditor que ficou sem receber por alguns meses e acabou tento que acertar tudo no último quadrimestre. Falou da coincidência de valores transferidos ao Hospital Metropolitano nos últimos dois quadrimestres, mas que os plantões do final de ano só foram pagos em janeiro, já que a folha é fechada antes do final do mês. O presidente perguntou o porquê de ter aumentado o gasto com os técnicos, Francielli informou que são técnicos e enfermeiros que ganham por hora, que com a falta de funcionários, alguns estavam trabalhando em plantões de doze horas por dia, às vezes em mais de uma UBS. Que o monitoramento do COVID acontece inclusive aos finais de semana. O presidente Elias questionou sobre o aumento dos valores do Laboratório Santa Terezinha. Francielli apontou que ficaram valores para pagar do segundo quadrimestre, assim como ficaram valores para janeiro. Telma afirmou que em janeiro o laboratório recebeu pouco mais de 4 mil reais, de exames que haviam sido liberados no final do ano e foram realizados em janeiro. Que neste ano ainda não realizou exames porque venceu o contrato e que a licitação está sendo refeita. Que só estão sendo realizados os exames de gestantes e urgências, pelo Núcleo de Diagnóstico, através do CISAMUSEP. Francielli falou da expectativa de redução dos gastos com combustíveis, com o retorno das AIH para Mandaguaçu. Falou da preocupação com a provável diminuição dos repasses federais por conta do COVID, que foram utilizados inclusive para pagamento de pessoal. Que o município investiu 31,4% dos seus recursos em saúde, quando a obrigação seria 15%. Falou sobre recursos que ainda não chegaram ao município, como o cento e cinquenta mil para reforma da UBS Central e o dinheiro do micro-ônibus que foi conquistado nos últimos dias de 2020, através de emenda do Deputado Ricardo Barros. Sobre os dados do COVID, informou que são maiores ainda, mas que se tem dificuldades para digitar os exames, por falta de pessoal; também os da dengue e de outros agravos. Que atualmente nove pacientes estão internados, alguns em estado crítico. Informou que o prefeito fará uma convocação para que o pessoal administrativo de outros departamentos, ajudem o Departamento de Saúde neste momento difícil, especialmente na questão de digitação. Que nas segundas e sextas-feiras estão sendo disponibilizados dois médicos para atender no Ambulatório COVID, devido ao volume de pacientes. Que as pessoas não estão se cuidando; muita gente na rua, que falta a conscientização das pessoas. Que se estava pensando em diminuir os atendimentos no COVID, quando houve um aumento muito grande; de quarenta exames por dia, passou-se para quase cem. O conselheiro Fernando aponta que no começo, um ano atrás, estava muito mal organizado o serviço. Que agora está mais organizado. Sobre a Farmácia, Francielli observou que está também sobrecarregada. Que o objetivo é descentralizar, mas que falta funcionários para isso. Sobre cirurgias eletivas, informou que temos um saldo para realização de dezenove cirurgias, já que algumas estavam programadas e em vias de serem realizadas, mas que foram canceladas novamente devido à pandemia. Que assim que forem liberadas as cirurgias eletivas, que serão feitas. Apontou que as maiores demandas são para cirurgias de catarata, de otorrino e



ortopédicas. Voltou a falar da dificuldade em abastecer os sistemas de informação devido à sobrecarga do COVID. Que preocupam os casos de sífilis em gestantes e sífilis congênita. O presidente Elias falou sobre os óbitos infantis e suas causas, que foi informado que estariam forçando partos normais. A secretária do Conselho falou do sistema de informações DIGISUS, que o conselho tem que avaliar todas os itens da saúde, e que pelas explicações, a maioria dos casos foi de malformação fetal, mas que também tem casos de problemas no pré-natal e no parto. Que todos os casos são avaliados pelo Comitê de Mortalidade Infantil. Sobre o SAMU, Francielli falou que existe grande demanda, por isso a necessidade de uma base em Mandaguaçu. Que em 2020 houveram vinte e dois atendimentos aéreos. Finalizou com as atividades realizadas no Novembro Azul, com palestras sobre a saúde do homem; e o Dezembro Vermelho com a realização de testes rápidos de HIV. Que a pandemia atrapalhou a realização de outras atividades. Abriu para questionamentos e como não houve, o vice-presidente Antônio, esclareceu que antigamente era feita a votação do relatório, mas que agora só se faz uma avaliação. Parabenizou o trabalho da equipe da secretaria pela organização e transparência das informações. Informou que a mesa diretora conversa quase todos os dias, tentando melhorar o acesso às informações. Falou da necessidade de mudarmos o calendário e trocarmos a reunião para as quarta quartas-feiras do mês, ao invés das terceiras, para dar tempo para a secretaria preparar os dados; para não precisarmos ficar alterando a data. Informou sobre a audiência pública da saúde no dia de amanhã às 9 da manhã, neste mesmo local e sobre a Apresentação do Cumprimento de Metas do Governo, do ano de 2020, na Câmara Municipal às dez horas de sexta-feira. Que todos estão convidados para os dois eventos. O presidente Elias questionou novamente sobre eventuais dúvidas, e se poderíamos considerar como avaliada a prestação de contas, o que foi confirmado pelos conselheiros. Telma lembrou que em março será apresentado o Relatório Anual de Gestão – RAG 2020. Antônio reforçou a necessidade da presença dos conselheiros, que esse documento tem que ser votado e encaminhado para o Tribunal de Contas do Estado. E não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada às dezenove horas e sete minutos, com agradecimento à presença de todos. Para constar, lavrei esta ata, que após lida e aprovada, segue devidamente assinada. Mandaguaçu, 24 de fevereiro de 2021.

